

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEUS IMPACTOS NA EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO CURRICULAR

Christie Akemi Mariano Sakamoto (UEL)

RESUMO: O presente trabalho foi estruturado com base na experiência em sala vivida durante a regência obrigatória da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Fundamental: Orientação e Prática, do curso de Letras Vernáculas da Universidade Estadual de Londrina. O estágio foi realizado em duas turmas do 7º ano, no período vespertino. O objetivo deste artigo é analisar os aspectos relacionados à seleção de conteúdos e materiais para os anos iniciais da educação básica com a presença de alunos da Educação Especial, sua relação com o ambiente escolar, com os colegas de sala e seus professores acompanhantes. O aprofundamento teórico relacionado à Educação Especial no Brasil foi constituído pelas autoras Maria Teresa Eglér Mantoan (2002), Mônica de Carvalho Magalhães Kassar (2011), Glat e Fernandes (2005) e Rosalba Maria Cardoso Garcia (2013). Como conclusão, foi possível adquirir conhecimentos práticos acerca do ambiente escolar público, seus desafios e diferentes cenários, além de promover o contato com a realidade dos professores e alunos pertencentes ao âmbito da educação especial e sua inclusão nas escolas brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Observação; Educação especial; Inclusão; Escolas brasileiras.

1 Introdução

O estágio em questão, realizado entre os anos de 2021 e 2022, foi, de fato, excepcional. O período de observação, a princípio, realizou-se em meio remoto devido às restrições ocasionadas pela presença da Covid-19 e o afastamento dos estudantes, tanto da educação básica quanto das universidades, no ensino presencial. Houve a redução das horas/aula necessárias para o cumprimento da regência obrigatória, assim como mudanças no processo de entrada de estagiários na escola. Entretanto, mesmo diante de todas essas particularidades, a experiência obtida em sala foi tão completa quanto poderia ser em condições normais.

O presente relatório diz respeito ao estágio realizado no terceiro ano da graduação de Letras-Português, como requisito para o cumprimento da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Fundamental II. Essa atividade ocorreu em um colégio localizado no município de Londrina, Paraná. Foram escolhidas, para a regência, duas turmas do sétimo ano – 7º A e 7º B –, no turno vespertino, durante as aulas de Língua Portuguesa.

As duas turmas possuíam estudantes com laudo médico, sendo acompanhados por professores capacitados que providenciavam o apoio necessário às especificidades de determinados discentes. Essa experiência tornou possível presenciar, de fato, o movimento em busca da inclusão dos jovens com deficiências no colégio, assim como a questão de que

Mesmo quando concebida adequadamente, a educação especial no Brasil é entendida também como conjunto de métodos, técnicas e recursos especiais de ensino e de formas de atendimento escolar de apoio que se destinam a alunos que não conseguem atender às expectativas e exigências da educação regular. (MANTOAN, 2002, p. 4)

Segundo Mantoan (2002, p.4), as impressões que circundam as particularidades da educação especial fazem com que sua tentativa de realização e inclusão sejam confundidas durante a definição de seu caráter e de seus estudantes, não somente nas leis que a regem como também sua prática no ambiente escolar. A experiência obtida em sala de aula com três estudantes que pertencem ao âmbito do tema em questão clareou muitos estigmas acerca das políticas sociais que têm sido aplicadas nas escolas públicas, assim como desfez diversas dificuldades que se supõem acerca da interação entre esses alunos especiais e seus professores.

Outro elemento essencial para a análise da inclusão realizada nessas turmas foi o período de observação antecedente à regência, que, embora curto, tornou possível o aprendizado de diferentes formas para fazer com que esses estudantes participassem ativamente durante as aulas, assim como a busca para promover melhor convivência com seus colegas de classe.

2 Desenvolvimento

Ao adentrar o ambiente escolar como estagiário, tendo em vista o processo de formação docente em que está incluído o graduando de um curso de Letras Português (licenciatura), refletimos acerca da relação dicotômica entre teoria e prática, surgindo as inseguranças e as buscas nos textos teóricos vistos até aquele momento, nas disciplinas voltadas para a Metodologia de Ensino.

Um dos aspectos comentados por Garcia (2013) retorna para a formação inicial do professor com relação à Educação Especial, levando-nos a questionar se tal configuração está

sendo tratada de forma eficaz nos cursos de formação de profissionais da educação. Segundo Garcia (2003, p. 3), “[...] a simples inserção de disciplinas e/ou conteúdos específicos não atribui à formação docente uma perspectiva orgânica acerca da educação dos sujeitos da educação especial, quer seja no curso de pedagogia ou nas demais licenciaturas.”

Embora o curso de Letras-Português da Universidade Estadual de Londrina possua, no quarto ano, uma disciplina voltada para o aprofundamento teórico das características da educação especial – a disciplina Educação para Inclusão –, o estágio foi realizado no terceiro ano, não suprimindo a necessidade encontrada logo nessa prática inicial no ensino fundamental II.

Sendo assim, durante a escolha das turmas 7º A e 7º B, foi levada em conta a contribuição que o contato com esses estudantes proveria a essa experiência, além dos possíveis obstáculos que seriam encontrados devido à falta de conhecimentos práticos, como também uma possível discrepância no tratamento da educação especial nas disciplinas estudadas.

2.1 Educação especial

Durante a trajetória histórica da educação, houve muitas conquistas que permitiram que a escola fosse um local destinado ao desenvolvimento teórico e social de todos. Entretanto, caso retornemos à história do ensino, há registros da exclusão de diversos segmentos sociais – como mulheres e crianças deficientes – até mesmo nas mais remotas sociedades ocidentais, acarretando a exclusão social desses indivíduos. Para que ocorresse a mudança no tratamento dessas crianças, foi necessário que uma série de reorganizações fossem realizadas, a fim de redefinir e reestruturar a devida atenção destinada à educação especial pelo Estado.

Segundo o *Manual de apoio à prática* (ESPECIAL, 2008),

A educação especial tem por objectivo a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, assim como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida profissional e para uma transição da escola para o emprego de crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente.

Tendo em vista a necessidade encontrada para incluir esses cidadãos ao sistema educacional regular – embora a princípio tenha se constituído apenas como uma variação complementar a este –, houve diversas mudanças a partir de leis e decretos implementados com o objetivo de suprir os prejuízos consequentes a esse modelo educacional vigente, que acabava por deixar de lado muitos indivíduos que deveriam possuir total acesso a ele. Segundo Kassar (2011, p. 2), “a Educação Especial nas últimas décadas tem ganhado contorno de política pública constituída por embates entre diversos setores da sociedade e das instâncias governamentais, afetada, muitas vezes, por determinações originariamente externas ao país.”.

Uma das mudanças perceptíveis com relação à estruturação da educação especial pelos governos encontra-se no sentido de

[...] a Educação Especial que por muito tem configurou-se como um sistema paralelo de ensino, vem redimensionando o seu papel, antes restrito ao atendimento direto dos educandos com necessidades especiais, para atuar, prioritariamente como suporte à escola regular no recebimento deste alunado. (GLAT; FERNANDES, 2005, p. 1)

Atualmente, a política de educação mais utilizada é a Integração (GLAT; FERNANDES, 2006), sendo o processo que busca inserir o aluno com deficiência no sistema regular de ensino, de forma que não sejam acentuadas as condições de segregação enraizadas no senso comum e na falta de informações com relação a essas especificidades.

2.2 Estágio curricular obrigatório

Durante o período de 10 horas/aula, divididas nas turmas 7º A e 7ºB do período vespertino, foi realizado o estágio curricular obrigatório referente ao requisito parcial da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Fundamental II. As duas turmas possuíam uma quantidade grande de alunos que, segundo os profissionais da escola, eram indisciplinados e causavam muitos problemas aos professores.

No 7ºA, uma das alunas era diagnosticada com TDAH¹ – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade –, sendo acompanhada por uma professora em todas as aulas, que a

¹ “O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida.” (ABDA, 2002)

ajudava na realização de atividades, cópia de conteúdos do quadro e participação ao longo de debates e discussões. Durante as aulas de observação, foi possível perceber seu carinho e relação de afeto para com a professora que a acompanhava, demonstrando ser uma relação construtiva e benéfica para ambas.

Na turma 7ºB, havia dois alunos pertencentes à Educação Especial. Um deles possuía uma deficiência física – perda dos dois antebraços, desde o nascimento, ocasionada por complicações na gravidez, assim como escoliose e outros diagnósticos físicos. Esse estudante era também acompanhado por professores, um deles destinado a auxiliar durante o aprendizado em sala e também as lições para casa; outro destinado a levá-lo e guiá-lo para quaisquer atividades em locais da instituição escolar fora da sala de aula.

O outro estudante possuía TOD² – Transtorno Desafiador Opositivo ou Transtorno Opositivo Desafiador. Acompanhado apenas por um professor, responsável por acalmar os ânimos durante determinados episódios de raiva e irritação com relação a contextos em sala de aula, era auxiliado também com relação a atividades e conteúdos trabalhados. Logo no primeiro momento de observação, houve um desentendimento entre esse aluno com um colega de classe, em que foi necessária a intervenção desse profissional da educação.

A interação dessas crianças com seus colegas de classe, embora diversa, demonstrou ser satisfatória ao ambiente da sala de aula. Nos três casos, embora com algumas variações, foi possível perceber durante as aulas de regência que a interação com os colegas ocorria de forma positiva e favorável ao melhor condicionamento escolar – apesar de uma das estudantes ter faltado em um número significativo das aulas de regência, prejudicando, de certa forma, a análise de sua socialização em sala.

Quanto à aplicação dos conteúdos de Língua Portuguesa, foram trabalhados os gêneros textuais conto e texto dramático. A princípio, houve preocupações com relação à participação desses alunos e a busca por fazê-los participar ao máximo dos debates e leituras. Entretanto, esses pensamentos logo se perderam no primeiro dia de regência. No 7º B, os dois estudantes participaram ativamente das atividades de interpretação dos contos do autor Dalton Trevisan – o vampiro de Curitiba –, desenvolvendo diálogos ao longo da exposição de conceitos relacionados à estrutura textual e suas próprias conclusões quanto às narrativas. No

2 O Transtorno Opositor Desafiador é percebido a partir de comportamentos de raiva e irritação generalizados (ZENKLUB, 2021). Segundo Zenklub (2021), “[...] normalmente esses comportamentos são identificados em crianças e direcionados a uma figura de autoridade, como por exemplo pais e professores.”

7ºA, entretanto, a aluna demonstrou ser introvertida e precisou de alguns estímulos para que compartilhasse seus pareceres sobre os contos.

O comportamento dos três estudantes apresentou variações individuais, porém similaridades não somente entre eles, como também ao serem analisados como conjunto com toda a sala. É perceptível – e até mesmo comentado em conversas com os professores acompanhantes e com a professora supervisora – que ainda há um longo caminho a ser percorrido para eliminar completamente as dificuldades encontradas não somente por esses alunos, mas também por todos os participantes das salas de aula regulares adeptas ao ensino da Educação Especial como Integração.

3 Considerações Finais

A experiência desse estágio curricular obrigatório colaborou imensamente para a formação docente esperada durante esses momentos iniciais no ambiente escolar. A prática proveniente de um contexto diversificado e inclusivo, apresentando estudantes e profissionais da educação que participam ativamente da educação especial, tornou o processo ainda mais enriquecedor e revolucionário – no que diz respeito a opiniões pautadas no senso comum.

Foi essencial presenciar e participar da prática em sala de aula em que alunos com deficiências físicas e psicológicas fossem, de fato, estimulados e integrados à participação ativa a todo momento. A relação construída entre professor acompanhante e estudante da educação especial é algo pautado em parceria, confiança e trabalho árduo, atreladas a um bom preparo e direcionamento profissional.

A pesquisa bibliográfica serviu como base para o relacionamento em sala e a busca por um melhor entendimento do contexto e das práticas didáticas e metodológicas atreladas ao ensino desses estudantes. Como resultado, houve não somente a experiência como o surgimento de uma possível atuação na área.

Referências

ESPECIAL, Educação. Manual de apoio à prática. *Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular*, 2008.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, p. 101-119, 2013.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. *Revista Inclusão*, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 17, p. 41-58, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar*. Universidade Estadual de Campinas. Unicamp, v. 25, 2002.

ABDA - Associação Brasileira do Déficit de Atenção. O que é TDAH. Disponível em: <<https://tdah.org.br/sobre-tdah/o-que-e-tdah/>>. Acesso em: 23 de jun. de 2022.

Zenklub. TRANSTORNO Opositor Desafiador (TOD). Psicologia Infantil. 2021. Disponível em < <https://zenklub.com.br/blog/transtornos/transtorno-opositivo-desafiador/#:~:text=Segundo%20a%20psic%C3%B3loga%20especialista%20do,de%20humor%20e%20de%20ansiedade> >. Acesso em: 23 de jun. 2022.